



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Colonialismo digital, fluxos de informação e autoria em tempos de inteligência artificial

v 14 | n 27 | jul-dez 2025

Inventariando o “Feio, Sujo e Marginal”: reciclagem como um elemento articulador da cultura e da autogestão de riscos

Ana Elísia da Costa; Júlia da Cunha Fraga



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

COSTA, Ana Elísia da; FRAGA, Júlia da Cunha. Inventariando o “Feio, Sujo e Marginal”: reciclagem como um elemento articulador da cultura e da autogestão de riscos. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 249-271, jul-dez 2025. Semestral.

© NAUI

Inventariando o “Feio, Sujo e Marginal”: reciclagem como um elemento articulador da cultura e da autogestão de riscos

Ana Elísia da Costa¹

Júlia da Cunha Fraga²

Resumo

Desde possíveis relações entre patrimônio cultural e os novos desafios climáticos, este trabalho é um estudo de caso sobre a Vila Santa Terezinha, uma comunidade vulnerável de Porto Alegre ligada à reciclagem e que foi fortemente atingida pela enchente de 2024. Depois da catástrofe, retomando um “inventário participativo de referências culturais” de 2023, nos questionamos: O que um “inventário cultural” pode dizer sobre um “inventário de recursos” locais para pensar e atuar na gestão de possíveis riscos ambientais? Buscando encontrar “pistas” que respondam a essa questão, é desenvolvido um ensaio qualitativo-exploratório que revisita o inventário, traçando reflexões sobre potencialidades e fragilidades da Vila para o enfrentamento de desafios emergentes. Toma-se o agenciamento social e a habilidade de improvisação construídos com a reciclagem como aportes culturais para a composição de um possível “plano comunitário de gestão de riscos” capaz de promover sua articulação social em defesa de seu bem-estar e de seus direitos.

Palavras-chave: inventário participativo de referências culturais; plano comunitário de gestão de risco; Vila Santa Terezinha.

Abstract

From possible relationships between cultural heritage and new climate challenges, this work is a case study about the Vila Santa Terezinha, a vulnerable recycling community in Porto Alegre that was severely affected by the 2024 flood. After the catastrophe, revisiting a “participatory inventory of cultural references” from 2023, we questioned ourselves: What can a “cultural inventory” reveal about a local “resource inventory” for considering and acting in the management of potential environmental risks? In search of “clues” that address this question, a qualitative-exploratory essay is developed, revisiting the inventory and reflecting on the potentials and vulnerabilities of the Vila facing emerging challenges. Social agency and the improvisational skills built through recycling are taken as cultural contributions to the

¹ Doutora em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do Departamento de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS. E-mail: ana_elisia_costa@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4829-5699>.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: jdacunhafraga@gmail.com

development of a potential “community risk management plan”, capable of promoting their social articulation in defense of their well-being and their rights.

Keywords: participatory inventory of cultural references; community risk management plan; Vila Santa Terezinha.

Introdução

Em maio de 2024, Porto Alegre foi gravemente atingida por enchentes. Em meio ao caos estabelecido, buscávamos nos comunicar com moradores de sua Vila Santa Terezinha que, localizada às margens do Rio Guaíba, foi completamente alagada. O desejo dessa comunicação decorria de vínculos construídos com eles, principalmente, por meio de um “inventário participativo de referências culturais” que foi desenvolvido como parte de um projeto de pesquisa-ensino-extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), em 2023. Esta iniciativa reconhecia naquela época que a comunidade da Vila, composta por uma maioria de recicladores, encontrava-se mais vulnerabilizada por interesses de um projeto público de “revitalização” urbana e que dar luz às suas referências culturais poderia ser uma forma de mobilizar moradores e a sociedade para a defesa de seus direitos.

Pelas relações de confiança construídas no inventário, durante e após a enchente, moradores se dispuseram a estabelecer trocas de mensagens. Nessas trocas, aos poucos, fomos percebendo que eles estavam em abrigos dispersos pela cidade e que, portanto, estavam com seus vínculos comunitários momentaneamente rompidos. Imagens, áudios, vídeos (Figura 1) enviados a nós revelavam perdas (e alguns salvamentos) de objetos utilitários e afetivos e a inoperância de seus objetos e espaços de trabalho. Sem atenção, casas (e lares) e sem geração de renda, eles viviam derivas de incerteza e angústia.

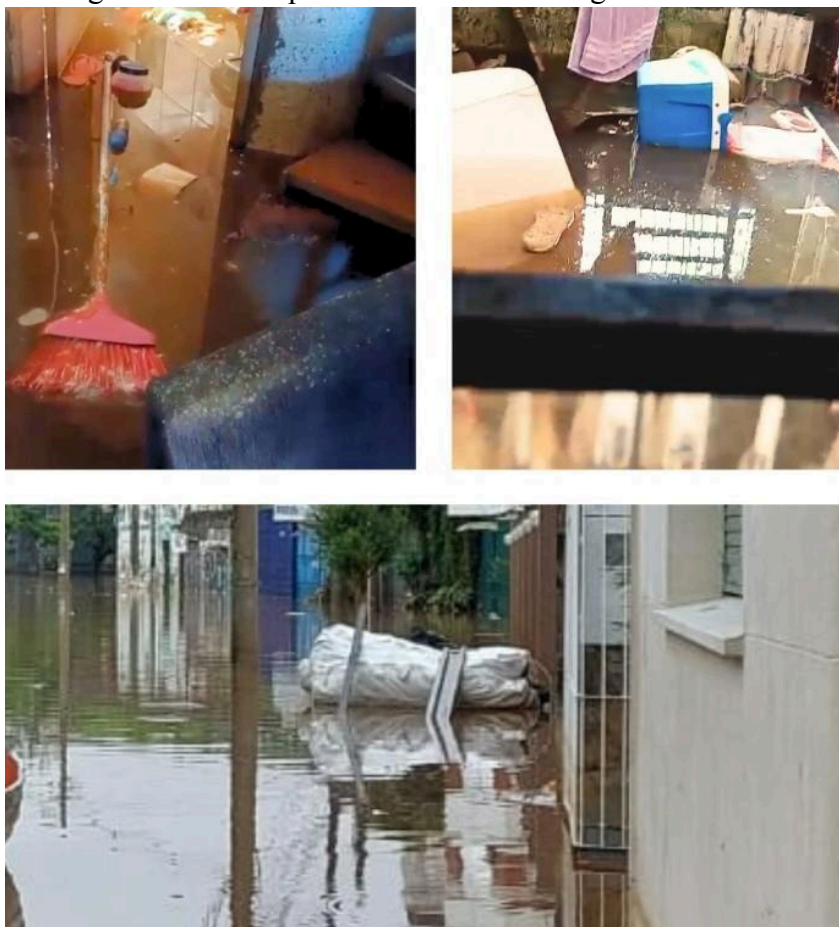
Na urgência do agora, atuamos em várias frentes. Produção de vídeos de apoio à retomada das casas, tratando temas de cuidados (Costa *et al.*, 2024), campanhas de arrecadação de dinheiro e alimentos, coleta e instalação de móveis doados foram algumas das formas como tentamos ajudar. Para além de um trabalho meramente acadêmico, caímos num voluntariado que se desenha em meio a crises: sincero, mas também perigoso, por cobrir o papel e por isentar governos de seu dever.

A retomada das casas se deu gradativa e precariamente, permeada por gestos de solidariedade (dos outros e entre eles) e por improvisos que uma comunidade “recicladora”

sabe fazer na luta pela sobrevivência, como é o caso da Vila. A retomada de certa normalidade, contudo, ainda não se deu. Para além de traumas pessoais, a cada noticiário de tempestades os ânimos se alteram ou se resignam a uma perspectiva fatalista, comum a quem nasce e cresce em meio a abandonos e tragédias.

Olhando hoje e de fora, com todas as potências e limitações que isso implica, e perspectivando novas tragédias climáticas, nos questionamos sobre os sentidos daquele inventário participativo realizado antes das enchentes. “Memórias” coletadas antes delas se sobrepõem à memória das enchentes registradas nas trocas de mensagens mencionadas. Duas delas nos chamam a atenção: a foto de um bote improvisado, feito de “bags” cheias de garrafas pet, flutuando em meio a uma rua alagada; e o vídeo de salvamento de um morador cadeirante com um carrinho de catador. (Figura 1). Haveria nessas memórias “pistas” para se pensar em estratégias que garantam, no presente e futuro, a permanência e o bem-estar da Vila no seu lugar de pertencimento?

Figura 1 – Imagens da enchente: (a; b) fragmentos de um vídeo enviado por moradores; (c) imagem do bote improvisado em meio às águas da enchente.



Fonte: (a; b) Elaboração própria, 2023; (c) acervo João Felipe Wallig.

Em paralelo a esse questionamento, chamaram-nos a atenção trabalhos dedicados a desenvolver “planos comunitários de gestão de riscos” (Olazabal *et al.*, 2024; Mohinuddin, 2020; APA, n. d.). Planos dessa natureza são desenvolvidos especialmente junto a segmentos vulnerabilizados da sociedade que, justo por ocuparem áreas de risco, precarizadas e marginalizadas, são os mais afetados pelos crescentes desastres ambientais. Sem isentar o papel de governos, eles buscam delegar a essas comunidades a competência de reconhecer suas fragilidades e, a partir de suas próprias potencialidades (saberes, recursos humanos e materiais, etc.), decidir o quê, quando e como agir diante desses desastres. Há nisso intenções de não só aumentar a eficiência das ações de proteção de pessoas e bens, especialmente diante da inoperância dos governos (como observado em Porto Alegre), mas também de oportunizar processos de reflexão sobre as causas das vulnerabilidades e de articulação social frente ao que se impõe.

Tais planos, portanto, operam desde o respeito à cultura local e sustentam uma perspectiva educativo-emancipatória. Em certo sentido, eles constroem uma modalidade de educação para o patrimônio cultural-ambiental, cujos objetivos convergem com interesses voltados à democratização da cultura, da natureza e da cidade (Scifoni, 2022; Chauí, 2002). Essa constatação nos levou a tramar possíveis relações entre um “inventário participativo de referências culturais” e um “plano comunitário de gestão de riscos”, formulando a questão: O que um “inventário cultural” pode dizer sobre um “inventário de recursos” locais para pensar e atuar na gestão de possíveis riscos ambientais?

Desde essa questão, objetivamos refletir como o processo participativo desenvolvido no inventário da Vila e o seu “patrimônio cultural” podem sugerir a composição de estratégias para o enfrentamento dos novos desafios ambientais a ela impostos. Fazemos isso na forma de um ensaio qualitativo-exploratório, elaborado a partir de pesquisas bibliográficas e da reflexão-sobre-ação do inventário. Assim, após a apresentação do território, dos enunciados teóricos, procedimentos e resultados do inventário, buscamos compor um possível sistema de relações entre as referências culturais identificadas. Nesse sistema, articulado a partir da reciclagem, são investigadas possíveis fragilidades e potencialidades culturais da Vila para o enfrentamento de futuros problemas ambientais.

Tomando o agenciamento social e a habilidade de improvisação como potencialidades e explorando imagens das enchentes que as ilustram, por fim, sugerimos o resgate de memórias desses eventos aos moldes de um inventário participativo cultural. Essa pode ser a forma de ensaiar um plano comunitário de gestão de riscos que seja capaz de promover sua articulação social em defesa de seu bem estar e de seus direitos diante da ausência histórica dos governos.

Justificamos esse exercício reflexivo como forma de expressar o nosso vínculo afetivo e compromisso ético com a Vila, que não se encerram ao fim de um projeto acadêmico e não se limitam aos socorros prestados nas enchentes. Por outro lado, em uma perspectiva acadêmica, essa reflexão pode se justificar por interessar pesquisadores e comunidades que pensam e/ou atuam sobre o tema, bem como é uma forma de fazer a própria equipe de projeto refletir sobre suas práticas, vindo a propor e aprimorar ações futuras.

A Vila

A Vila se situa na região do 4º Distrito de Porto Alegre e ocupa uma área de aterros sobre o Rio Guaíba, datados das décadas de 1950-60. Sobre esses aterros, a construção da Avenida Castelo Branco fazia parte de um sistema de diques que buscava proteger a cidade de enchentes, como a avassaladora ocorrida em 1940. Tratava-se, portanto, de uma área em que a cidade se impunha ao rio, expressando visões de mundo em que a natureza, por representar um “perigo”, era objeto de domínio e controle.

Áreas residuais dessas obras foram ocupadas na década de 1980 por “catadores de lixo”, atraídos pela proximidade de fornecedores e compradores. Essa ocupação deu origem à Vila dos Papeiros. Nos anos 1990, a Vila se expandiu, composta por ruas e casebres insalubres em meio a montanhas de materiais recicláveis altamente inflamáveis, o que resultou em frequentes incêndios. Ali, a Vila viveu as suas primeiras catástrofes.

Em 2004, o governo realocou os moradores em casas de passagem e construiu no mesmo lugar da vila incendiada um loteamento com 217 casas, hoje conhecido como Vila Santa Terezinha (Santos, 2018). A iniciativa, de um governo de esquerda, respeitou o “direito à cidade” defendido por movimentos sociais³. Maiores debates ambientais sobre o projeto, contudo, não ganharam notoriedade, talvez pela crença na eficácia do sistema de diques (inquestionável até a cheia de 2024); ou talvez por uma convicção emergente de que a natureza não é uma realidade externa e independente dos homens (Chauí, 2002), admitindo-se por isso a coexistência de humanos e entidades não-humanas (como o rio) em constantes disputas e equilíbrios. Rio e Aterro-Vila consolidaram assim um novo “ecossistema”.

Nele, vulnerabilidades ambientais e sociais passaram a coexistir e, apesar das melhorias na qualidade de vida, foram engendrados novos (e inevitáveis?) conflitos. Interna e espacialmente, grande parte das disputas decorreu do fato de o projeto do loteamento ter ignorado a diversidade de perfis familiares e o tradicional ofício da reciclagem dos moradores. Isso levou à ocorrência de inúmeros anexos e construções irregulares, quer para

³ Diz sobre a oficialização da Vila como Área Especial de Interesse Social (AEIS) em 2003 e a designação de verbas para a sua reconstrução junto ao Orçamento Participativo. Essa reconstrução se deu pelo Programa Integrado Entrada da Cidade (PIEC), que regenerou vinte assentamentos irregulares e precários localizados na entrada principal da cidade, integrando habitação, infraestrutura, valorização paisagística e projetos sociais. Cinco bairros sofreram intervenções, incluindo o Marcílio Dias, onde está a Vila (Monteiro *et al.*, 2016).

ampliar casas, quer para abrigar depósitos de materiais reciclados que também usam as calçadas como áreas de trabalho. A paisagem resultante, portanto, é marcada por improvisos construtivos e grandes volumes de materiais recicláveis ou “lixo”. Contrariando sentidos estéticos e higienistas dominantes, isso tem acionado conflitos com vizinhos do entorno e com a cidade (Figura 2).

Figura 2 – Paisagem da Vila Santa Terezinha: (a; b) presença de materiais recicláveis nas ruas e de improvisos construtivos..



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Outra parte da paisagem da Vila é desenhada por uma complexa dinâmica social. Observam-se, de um lado, disputas entre poderes que operam na ausência do Estado (tráfico de drogas, representações religiosas e comunitárias) e problemas sociais (prostituição, pobreza, baixa escolaridade etc.) (Santos, 2018); de outro, relações sociais ricas em sociabilidades e solidariedade que se fazem de modo nem sempre explícito.

Dessa composição socioambiental, emerge uma disputa de narrativas sobre a Vila. Para quem a vê de fora, ela é “feia, suja e marginal”, uma imagem negativa que vem sendo continuamente reforçada pela política, polícia e mídia. Para muitos que a vive, ela é “um lugar bom de se viver!”⁴ e, dado à reciclagem, uma “beneficiária do meio ambiente urbano”. A primeira narrativa se constrói como forma de justificar ações de “disciplinamento”, já que a Vila, assim como foi com o rio, representa uma “natureza perigosa”. A segunda narrativa diz sobre “resistências”: a abandonos, com modos de viver coletivos e solidários que, ao promoverem acolhimentos e pertencimentos, convertem a Vila em “bom lugar”; e às dificuldades do trabalho da reciclagem, com discursos que o legitimem, principalmente

⁴ A expressão e variações dela foram recorrentes nas entrevistas do inventário.

porque a maioria dos envolvidos não se enquadra no mercado de trabalho formal (Guarnieri, 2019).

Indiferente a distintos juízos e narrativas, as condições de vida, moradia e trabalho da Vila sempre foram frágeis e vêm sendo ainda mais vulnerabilizadas. Desde os anos 2000, ela é afetada por medidas opressoras dos governos contra catadores de “lixo”, ofício da maioria dos seus moradores. Não reconhecendo a dimensão social, ambiental e econômica da reciclagem, esses governos supostamente voltam-se a interesses de terceirização ou privatização de serviços da cadeia produtiva da reciclagem (Wirth, Oliveira, 2016). A partir de 2015, temores de gentrificação passaram a rondar a Vila, desencadeados pelo plano de revitalização da região onde está localizada. Esse plano assumiu uma clara perspectiva de elitização, ao excluir a participação de antigos moradores dos debates e destinar a maioria das áreas a grandes empreendimentos (Conofre, 2017). Com as enchentes de 2024, a vila ficou completamente alagada e uma possível caracterização como área de risco de inundação pode vir a desencadear novas ameaças de remoção. A exemplo de outras regiões alagáveis da cidade, discursos governamentais não têm pleiteado planos de gestão de riscos que possam garantir a permanência das comunidades em seus lugares de pertencimento, mas sim defendido realocações para cidades temporárias e novos conjuntos habitacionais, em consonância com interesses do mercado imobiliário (Fuão, 2024).

Nesse contexto historicamente conflituoso, os modos de produção da cultura na Vila foram e são condicionados por processos de exploração econômica e opressão social. Fruto de uma ocupação irregular ou “ilegal” e submetida a constantes ameaças de não permanência no local, ela evoca memórias sobre uma vida urbana à margem da sociedade e constrói uma cultura de solidariedade como modo de enfrentar o uso arbitrário do poder. Ao dizer sobre modos próprios, legítimos e possíveis de ser-viver, sua cultura pode ser entendida como uma prática contra-hegemônica (Chauí, 2006).

Marcos teóricos

Segundo Chauí (2006), a cultura hegemônica refere-se a um conjunto de representações sobre si, sobre o Outro e sobre o Mundo, advindos dos poderes dominantes. Esse conjunto, ao estar interiorizado como “verdade” na sociedade e não ser perceptível por ela, a subordina. Entre as sutilezas da hegemonia, destaca-se a construção da ideia de que a natureza é

dominável e inesgotável, garantindo assim a sua ação econômica em projetos de impacto ambiental e de extração de matérias-primas. A cultura, por sua vez, é moldada como um saber de especialistas – alguns a fazem e a determinam e outros a recebem e obedecem ao que ela dita –, convertendo-a em um instrumento de saber-poder que fragiliza o seu potencial crítico-reflexivo, inclusivo e transformador.

Essa discussão, portanto, coloca o patrimônio ambiental e cultural em um campo de disputas de interesses entre diversos grupos sociais. Para grupos dominantes, historicamente, o patrimônio “cultural” se reduz a suas próprias representações, normalmente monumentos e edifícios eruditos. O patrimônio “ambiental”, por sua vez, diz só a porções de áreas verdes preservadas da devastação, desde que não comprometam seus interesses de exploração. Expressões culturais e relações ambientais das chamadas “minorias sociais” são, portanto, silenciadas ou apagadas.

Em reação a isso, emergem movimentos em defesa da democratização da cultura que, de modo indissociável, vinculam ela à natureza. Defendendo uma produção cultural plural – feita por diversos grupos sociais e suas diferentes representações –, esses movimentos combatem a ideia de uma cultura única e datada. Nesse contexto, questionam a ideia de *patrimônio* como algo estático e só material, bem como as suas formas de eleição, normalmente centradas na autoridade do Estado. Assim, seus interesses voltam-se também para as *referências culturais*, aquilo que, em contínua transformação e ressignificação, emerge do cotidiano vivido e interliga sujeitos a um lugar, se manifestando em celebrações, saberes, expressões, lugares e objetos (Nito; Scifoni, 2018; Iphan, 2016).

Desde essa epistemologia (e ideologia), emergem os inventários participativos culturais. Esses, mais do que só pesquisar e documentar, buscam promover ações de educação que possibilitem reflexões sobre a cultura e sobre os seus processos históricos de dominação. Sua ação é enunciada desde o “presente”, buscando encontrar no resgate do “passado” formas de tomada de consciência e de ressignificação que instrumentalizem o enfrentamento do “futuro”. Dado a isso, eles não oferecem produtos e não operam com pesquisadores isolados e distantes, constroem processos reflexivos e agem conjunta e dialogicamente com comunidades envolvidas; não conferem autoridade absoluta a pesquisadores, reconhecem o poder legítimo de comunidades serem informantes, intérpretes e gestoras de suas culturas; não se prendem só a dados materiais, museificáveis e objetivos, mas também aos imateriais e permeados por subjetivações (Demarchi; Nito, 2022; Fonseca, 2001).

Decorrente desse caráter educativo e transformador, inventários participativos têm se debruçado não só à cultura, mas também à defesa dos seus lugares de produção. Em contextos urbanos, por exemplo, inventários legitimam direitos à cidade e mobilizam opiniões públicas contra processos de gentrificação (Nito; Scifoni, 2017, 2018). Em comunidades pequenas ou rurais, eles mobilizam grupos para a preservação e a defesa de seus territórios, fazendo valer direitos de propriedade de terras e de combate a infrações de grandes empreendimentos (OTSS, n. d.).

Desde essas experiências, observa-se que roteiros para o desenvolvimento de inventários participativos não são tomados como prescritivos. São suscetíveis a contingências de cada realidade e a circunstâncias, abrindo-se à criação ou invenção de uma tática singular à cada investigação. Na ausência de modelos, inventários participativos são construídos na prática, na ação e reflexão sobre o seu fazer. São pesquisas-ação (Thiollent, 1986) que, apesar de planejadas, acatam o acaso, a incerteza, a invenção de improvisos. Justo por isso, são pesquisas que também se colocam em contínua revisão, em contínuo exame de suas potências, fragilidades e contradições, tal como esse artigo também se propõe.

O inventário da Vila

Orientado por esses marcos teóricos, o acionamento do inventário na Vila Santa Terezinha se deu pela necessidade de legitimar e defender o seu direito à cidade, principalmente contrapondo-se aos interesses do referido projeto de revitalização do 4º Distrito. Ao revelar e documentar valores obscurecidos ou esquecidos estrategicamente, o inventário seria uma oportunidade para a Vila refletir sobre a sua realidade política e cultural. Por outro lado, ele seria também uma forma de essa cultura ganhar visibilidade, mobilizando a opinião pública a favor da sua legitimidade e contra a exclusão social em curso. A questão inicial a nós imposta foi: para além da aparência, existem na Vila valores culturais com potência para superar os estigmas que recaem sobre ela?

Método

Esse questionamento foi o tema de um seminário⁵ que precedeu o inventário. Discutiram-se experiências de inventário similares e problemas latentes na Vila apresentados por acadêmicos e por seus próprios líderes comunitários. A troca de saberes construída aí, somada aos roteiros sugeridos pelo Iphan (2016), delineou o grupo⁶ e o método de trabalho que quis ser flexível a conflitos e derivas que naturalmente emergem nesses processos.

Um grande desafio dos inventários é delinear o grupo com quem vai atuar. Para legitimá-los, é preciso envolver universos quantitativos e qualitativos relevantes, com os quais ainda é necessário construir relações de confiança (Nito; Scifoni, 2018). Inicialmente, optamos por compor o grupo por meio da indicação de lideranças comunitárias, aquelas com que já tínhamos vínculos anteriores e outras com as quais fomos nos aproximando ao longo do processo. Aos moldes da “bola de neve” (Vinuto, 2014; Scariot; Frantz, 2021), o grupo foi sendo composto e ampliado a partir da nossa própria convivência no cotidiano da Vila. A amostra, portanto, corre os riscos de ser aleatória, não representando um coletivo, ou tendenciosa, ligada ao grupo de poder que as elegeu (Gomes; Zanetti; Bazanella, 2021). Por outro lado, a escuta das lideranças nesse processo representava para nós também uma estratégia política de mobilização e fortalecimento de seus papéis no território.

Desses indicados-eleitos não queríamos só coletar e documentar dados, mas, juntos, construir processos reflexivos sobre a sua cultura. Os desafios para isso são enormes, indo do nosso próprio despreparo para um diálogo efetivamente horizontal (Kaap, 2014) a condições e motivações deles para dialogar. Na tentativa de superar esses entraves, alargamos “tempos” para a construção de afetos e para uma afetação mútua. Refutamos encontros pontuais e promovemos três dinâmicas principais, onde os participantes por vezes se repetiam. A primeira refere-se a entrevistas individuais⁷ que envolveram moradores antigos e novos e a partir das quais referências culturais preliminares foram identificadas. A segunda diz sobre atividades coletivas – uma roda de conversas com trabalhadores da associação de recicladores

⁵ Diz sobre o seminário “Para além do feio, sujo e marginal: Vila Santa Terezinha e suas referências culturais”, ocorrido nos dias 28/6, 5 e 12/7 de 2023. Sobre o assunto, consultar: <https://www.youtube.com/watch?v=KsRuvxIR0dM>; <https://www.youtube.com/watch?v=2unssilPSdA>; <https://www.youtube.com/watch?v=V5DIkqww5zg>.

⁶ O grupo foi composto por duas professoras e sete estudantes voluntários e bolsistas.

⁷ Inicialmente, foram realizadas quinze entrevistas. Ao longo do processo, contudo, novas entrevistas foram feitas, totalizando trinta e uma abordagens. Todas elas foram precedidas da autorização de veiculação de imagem e coleta de dados, gravadas em áudio, arquivadas, transcritas e analisadas em fichas.

locais e uma oficina de fotografia com dezesseis jovens e adolescentes do centro social da Vila⁸ –, quando as referências preliminares foram validadas, refutadas e ampliadas.

Essas dinâmicas se deram na própria Vila, em ambientes favoráveis aos envolvidos (ruas, casas, praças, ambientes de trabalho etc.) e foram apenas gravadas em áudio, como forma de favorecer a naturalidade e a descontração dos diálogos. Nelas, a retórica pergunta de pesquisa se resumiu à questão disparadora “O que a Vila tem de ‘bom’?”. Perguntas e respostas, por vezes, foram mediadas por atividades lúdicas⁹ que buscaram facilitar a decodificação dos temas discutidos e/ou estimular a participação, tendo em conta a baixa escolaridade de muitos adultos e a motivação de interesses dos jovens (Pinheiro, 2020; Brandão, 2008).

Disparada essa questão, optamos por não seguir a rigidez de roteiros de entrevistas e de dinâmicas coletivas, sendo nessas últimas apenas respeitados momentos individuais e coletivos. Em ambos os casos, apesar da questão disparadora mobilizar a atenção para o “presente”, apostamos que as respostas permitiriam engatilhar questões relativas ao “passado” – “Como você chegou na Vila?”, “Qual sua relação com ela?”. De fato, isso se deu. Memórias sobre “táticas históricas de sobrevivência” emergiram e permitiram que, juntos, refletíssemos sobre o presente e o enfrentamento do “futuro”.

Ao longo desse processo, a Vila, ou uma amostra dela, elegeu explícita ou implicitamente suas próprias referências culturais, sendo essas preliminarmente organizadas pelo grupo de pesquisa em categorias, como será discutido.

Essas referências, por fim, foram o alvo de uma exposição intitulada “Aqui é um lugar bom de se viver!”, concebida e executada como atividade de ensino da disciplina “Projeto Arquitetônico 2” da Faculdade de Arquitetura da Ufrgs¹⁰, que buscou não ser uma simples partilha de resultados, mas uma nova mediação sobre o universo cultural da Vila para um público constituído por seus moradores e não-moradores (Costa, 2024).

⁸ A oficina buscou (re)conhecer-registrar realidades não percebidas, naturalizadas e banalizadas e refletir sobre elas (Bemvenuti, 2023; Faraco, Vizioli, 2023). Após sensibilização prévia, uma caminhada fotográfica na Vila em grupos de estudantes da Vila e da Ufrgs promoveu trocas de diálogos verbais e visuais e atravessamentos mútuos. Em um encontro posterior, avaliaram-se se as fotos que diziam sobre um “patrimônio” comum.

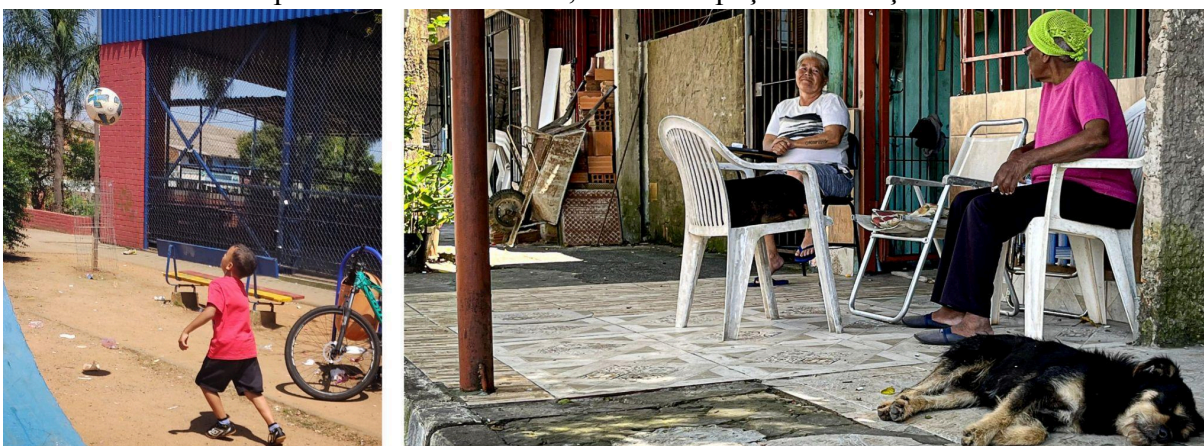
⁹ Na roda, foi pensado um tabuleiro com fotos, a partir das quais as discussões seriam estimuladas (Pinheiro, 2020). Na oficina, a atividade introdutória foi um jogo de “mandala” que buscou mobilizar reflexões sobre o tema e olhares para o exercício prático proposto. A pouca participação na roda, contudo, levou a realizar apenas uma conversa livre. O fato foi analisado como falhas nossas na mobilização para a participação e defesas deles(as), por cansaços impostos por cotidianos esmagadores, por não se sentirem autorizados(as) a “dizer” e/ou para evitar conflitos em âmbito coletivo (Lima Lousada, 2009).

¹⁰ A disciplina é do quarto semestre do curso e tem 100h das suas 150h dedicadas a atividades de extensão. Quinze estudantes participaram da atividade, somando-se a eles voluntários e colaboradores.

Tramando um sistema

Mesmo que possíveis referências culturais da Vila tenham sido inicialmente organizadas em categorias, entendemos que elas se inter-relacionam, compondo um complexo sistema cultural articulado pela atividade da reciclagem (Figura 3). Essa atividade era o ofício da maioria dos envolvidos na ocupação do território, a Vila dos Papeleiros. Foi a sua associação de recicladores, a Arevipa, uma das responsáveis pela sua regularização e pela conquista do posterior Loteamento Santa Terezinha. Não menos importante é o fato de essa atividade ser ainda muito operante, sendo comum seu exercício entre três gerações de uma mesma família.

Figura 3 – Referências culturais da Vila: (a) lugares e expressões: a praça e o futebol; b) expressões: sociabilidade, com a ocupação das calçadas.



Fonte: Elaboração própria, 2023.

É ainda a reciclagem que dá sentido a alguns dos **lugares** significativos da Vila. Destaca-se o rudimentar galpão de triagem da referida Arevipa, onde a troca de saberes sobre a vida e o ofício ensina táticas para um atuar coletivo e para “driblar” ações que dificultam ou impedem o trabalho dos carrinheiros. Em paralelo, no Centro Social da Vila, o desafio de agregar valor ao trabalho da reciclagem vem sendo pautado junto a jovens e adolescentes, como ilustram seus programas de capacitação para o empreendedorismo e o seu projeto “Semente de Plástico”, uma pequena “usina” de beneficiamento direto de tampinhas plásticas recicladas¹¹.

¹¹ Além da Arevipa e do Centro Social, a Praça, a Escola e o Mercado do TED também foram identificados como lugares no inventário.

Permeando o território e seus lugares, ao longo do tempo, a reciclagem se converteu em um **saber** daqueles que atuam nas etapas de “puxar carrinho”, “triar” e/ou “vender” materiais recicláveis. Cada uma dessas etapas exige conhecimentos específicos – corporais, geográfico-territoriais, natureza dos materiais, matemáticos etc. Esses saberes são transmitidos de geração em geração ou pela observação e colaboração entre sujeitos, muitas vezes independente de vínculos familiares ou de amizade. Ao saber reciclar está ligado o carrinho dos catadores de materiais recicláveis, um **objeto** presente no cotidiano das ruas e nas memórias dos moradores e que revela saberes empíricos na sua concepção, construção e uso, sendo por isso mais do que mero artefato utilitário. Com aquilo que “sobra” das coletas de recicladores e de seus carrinhos, a Vila fez do *improvisar* outro saber. Expresso principalmente nas ampliações, adaptações e singularizações de suas construções, improvisos suprem necessidades funcionais e simbólicas, constituindo uma estética urbana fragmentada e inacabada. Sem obedecer a regras, o improvisar depende da capacidade criativa de quem o faz, mas também daquele que o apoia para fazer: “dando uma mão”, cedendo materiais para a execução ou autorizando o direito de construir em espaços em que os limites entre público e privado são imprecisos.

Em verdade, o reciclar e o improvisar são atividades profundamente dependentes do Outro, o que, somado ao abandono dos governos, talvez justifique o desenvolvimento de sentimentos de solidariedade na Vila. Essa é uma tática de sobrevivência, aprendida em casa e nos galpões de reciclagem, sendo ela em si uma **forma de expressão** cotidiana que permeia outras, como o futebol e as sociabilidades no espaço público, bem como as **festas**¹². Esses são âmbitos em que o trabalho coletivo e a solidariedade engatilham sentimentos de pertencimento e de comunidade.

A expressão máxima da importância da reciclagem na cultura da Vila talvez possa ser mensurada quando ela deixa de ser só referência e passa a ser também referendada em **expressões** artísticas da comunidade. É o que se observa nas *miniaturas de carrinhos* feitas por um dos moradores da Vila e nos projetos do grupo do *Museu de Resgates*. Esse último é um espaço que coleciona fotografias, pinturas, gravuras e objetos antigos recolhidos do “lixo”

¹² Os times de futebol da Vila constroem identidades em torno de códigos (modos de vestir, falar etc.) e sentimentos de pertencimento em torno de ações coletivas que se dão dentro e fora do campo. Fora do campo, esses sentimentos também são construídos nas *sociabilidades* ou modos informais como a comunidade ocupa ruas e calçadas, como rodas de conversa, churrascos e brincadeiras. Ainda nesse contexto, estão as *festas* da Vila, destacando-se a Festa do Dia das Crianças que envolve moradores, voluntários, times de futebol e comerciantes locais e que transforma a Vila em uma arena de lazer.

por catadores, que lhes dão valor, uma nova história e novos sentidos. (Sant’anna; Carboneiro, n. d.)

A reciclagem, portanto, articula modos próprios de ser e viver na Vila que se vinculam à sua identidade cultural. Essa interpretação sistêmica, obviamente, se limita ao universo estudado e, assim como ocorre em outros inventários participativos, não está isenta de contradições por ser desenvolvida por nós, sujeitos externos à comunidade, e por poder sustentar riscos de “estereotipar” a Vila para uma aceitação e valoração externa (Gomes; Zanetti; Bazanella, 2021).

REFLEXÕES

Aceitando as limitações inerentes ao inventário, nos voltamos à proposição desse sistema cultural buscando detectar não só suas potencialidades, mas também suas fragilidades e contradições. Nossa atenção recai a possíveis imaginários de futuro e a práticas sociais locais, por serem esses aspectos não só relevantes para a cultura, mas peças-chaves para garantir o sucesso de processos de gestão de riscos que não queiram reforçar ainda mais desigualdades, vulnerabilidades e marginalização (Olazabal *et al.*, 2024).

Vulnerabilidades – imaginários de futuro

Para além da histórica ameaça de remoção do seu território e da proibição do trabalho da reciclagem, cumpre observar que essa atividade na Vila sustenta dificuldades internas de natureza prática e conceitual que não podem ser romanceadas e ignoradas.

De natureza prática, observa-se que, pelo baixo nível formativo e problemas estruturantes, recicladores não conseguem qualificar e agregar valor ao seu trabalho, impondo a ele pouca produtividade, lucratividade e a naturalização de hábitos e condições de trabalho insalubres (Fuão *et al.*, 2010, n. p.). Talvez em decorrência dessas dificuldades, gradativamente, jovens da Vila não têm seguido os passos dos seus pais. É habitual a ostentação de carteiras de trabalho “fora da reciclagem” possibilitada por uma maior instrução ou o envolvimento em um trabalho transitório até que se encontre coisa “melhor” para fazer.

Se isso tem um lado positivo, por romper uma cadeia de “pobreza”, por outro evidencia uma falta de desejos de lutar pela qualificação e ressignificação da atividade da reciclagem, desde o reconhecimento da sua importância para a cultura local e de uma consciência ecológica voltada para o futuro. De fato, aos moradores mais antigos, que não se encaixam no

mercado de trabalho, a reciclagem parece ser mais um “possível” ou “única opção” para garantir renda no presente, no agora. Como observa Guarnieri (2019, n. p.), eles “catam à noite para poder comer de manhã”. Para as novas gerações, a coleta de recicláveis representa mais uma atividade a ser superada no amanhã, o que é legítimo nos moldes como vem sendo praticada.

Por imposições de condições precárias de vida, esses moradores talvez vivam hoje uma incapacidade cognitiva e/ou cultural para pensar o futuro (Olazabal *et al.*, 2024) ou para pensar a reciclagem como um projeto de vida, um modo comprometido de ver-pensar o mundo em seu presente e futuro.

Assim, apesar de presente física e simbolicamente, a cultura da reciclagem pode não estar assentada em bases sólidas na Vila. Ela é uma circunstância e contingência, o que ameaça a sua permanência e das formas de expressão a ela vinculadas.

Apoiar a continuidade dessas expressões, o que também é objetivo dos inventários participativos, exige investir na redução das vulnerabilidades socioambientais da Vila, na qualificação e na ressignificação conceitual das atividades da reciclagem, o que é um enorme desafio e não oferece respostas imediatas e isoladas.

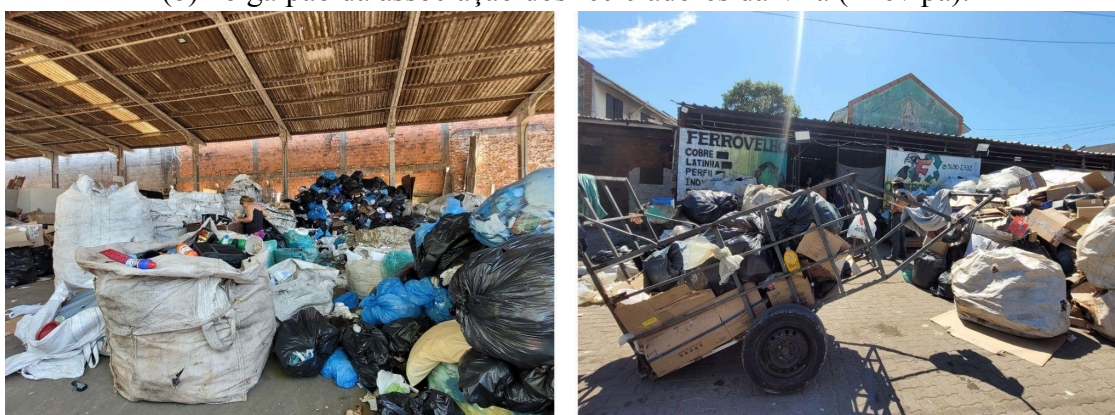
De qualquer modo, esses desafios culturais também se impõem à gestão de riscos. Como observa Mohinuddin (2020), a vulnerabilidade é a causa-raiz da suscetibilidade aos impactos de catástrofes ambientais e/ou da falta de condições para reagir a eles, tal como foi observado nos nossos relatos iniciais. Por outro lado, pensamentos e valores culturais enraizados em sujeitos e coletivos, nem sempre positivos, são também restrições e limites sociais às adaptações exigidas no futuro (Olazabal *et al.*, 2024).

Potencialidades – práticas sociais

Se os sentidos práticos e conceituais da atividade da reciclagem sustentam fragilidades, as articulações sociais acionadas para operá-la podem dar pistas para se repensar em modos de gestão cultural e ambiental. Indiferentes a lógicas fabris capitalistas e racionalidades moderno-ocidentais – ligadas em grande parte aos problemas ambientais do planeta –, os agenciamentos da reciclagem se fazem mais por vínculos afetivos do que administrativos, construindo alternativas ou rupturas para se repensar os *modus operandi* do mundo (Lima Lousada, 2009).

Ilustra esse argumento a gestão da Arevipa (Figura 4). Diferente das cooperativas de recicladores instituídas pela Prefeitura, a associação é independente e assume um caráter de uma “empresa coletiva e solidária”. Nela, há hierarquias nas relações de trabalho: uma diretoria define as dinâmicas gerais do galpão e faz a sua representação política; “beneficiários(as)” coordenam as “bairias” – porções espaciais dentro do galpão em que funcionam “pequenas unidades de produção”.

Figura 4 – Reciclagem: (a) nas ruas, destacando-se a presença do carrinho de catadores; (b) no galpão da associação dos recicladores da Vila (Arevipa).



Fonte: Elaboração própria, 2003.

A gestão das baias, contudo, é autônoma em relação ao conjunto. Ali se obedece a acordos próprios de parentesco e de amizade, permeados por afetos e pelo respeito a capacidades, disponibilidades e interesses. O(A) beneficiário(a) é geralmente um(a) “chefe da família” que aciona parentes, agregados e coniventes para o trabalho. Cabe a esse(a) chefe buscar fornecedores, educar para a separação de resíduos, estabelecer rotas de coleta, designar parceiros para recolher matérias nas ruas e para triá-los e armazená-los no galpão e, por fim, ele(a) é ainda responsável por vendê-los. Muitas vezes, contudo, o(a) próprio(a) chefe cata e tria, porque também domina o ofício e é atento à disponibilidade dos parceiros que não obedecem a rotinas rígidas: cada um trabalha quando pode e/ou quer, recebendo conforme seu envolvimento na produção. A atenção do(a) chefe também recai sobre capacidades físicas para o trabalho pesado, levando a uma distinção de gênero em que os homens coletam ou puxam os carrinhos e as mulheres triam, embora isso não seja regra. Para manter o ritmo da produção, improvisa-se com os recursos humanos disponíveis.

Nesse ambiente flexível de trabalho, a convivência cotidiana no galpão é marcada por uma troca de saberes sobre o ofício e a vida e por gestos de solidariedade, incomuns à lógica simplesmente capitalista. Não menos importante é a capacidade de improvisação material e operacional, desafiando qualquer lógica tecnicista, perfeccionista e produtivista.

Flexibilidade, improvisação, troca de saberes e solidariedade é o que garante a própria “estabilidade” do sistema produtivo do galpão e justifica em parte a atuação contínua da Arevipa ao longo de mais de duas décadas, a despeito dos enormes problemas que enfrenta.

Para além da própria Arevipa, contudo, esse agenciamento social pode dizer sobre “táticas” de articulação social para a construção de um futuro. No que se refere a um futuro socioambiental resiliente, ele pode inspirar a composição de estratégias e de equipes atuantes em um plano local de gestão de riscos, transpondo ausências de iniciativas governamentais ou a imposição de modelos tecnocráticos e homogêneos que limitam potencialidades sociais e imaginários de adaptação. E, como observam Olazabal *et al.* (2024), os processos de adaptação climática exigem processos de governança e gestão dinâmicos, nos quais criatividade, imaginação, aprendizado e experimentação são fundamentais.

Trama, cultura e ambiente ou considerações finais

Desde essas escritas, retomamos aqui uma das questões formuladas na introdução do trabalho: O que um “inventário cultural” pode dizer sobre um “inventário de recursos” locais para pensar e atuar na gestão de possíveis riscos ambientais?

Tomando a Vila Santa Terezinha como estudo de caso e a reciclagem como um elemento articulador da sua cultura, o inventário nos permitiu reconhecer algumas fragilidades e potencialidades culturais para o enfrentamento dos novos problemas ambientais. No que se refere às fragilidades, a histórica vulnerabilidade socioambiental e a frágil ideia de futuro são fatores limitantes para a construção de um novo projeto de vida diante das incertezas do amanhã. Por outro lado, são potências ou “pistas” a capacidade de improvisação e os táticos agenciamentos sociais envolvidos na reciclagem, por oferecerem alternativas para uma atuação coletiva e solidária.

Enquanto a superação dessas fragilidades não ocorre, nos detemos mais profundamente nas potencialidades. Elas podem ser ilustradas pelas duas imagens que nos marcaram na troca de mensagens com a Vila, mencionadas no início do trabalho: o bote de “bags” e garrafas pet

e o resgate do cadeirante com um carrinho de catador. Nessas imagens-memórias, se expressa a construção de uma tática de sobrevivência singular e criativa, baseada na reciclagem, improvisação e solidariedade.

O resgate de memórias dessas táticas, suas dores, perdas e conquistas pode ser um valioso meio para (re)lembrar de riscos futuros, para mobilizar o reconhecimento e o questionamento de vulnerabilidades impostas no passado e no presente, e, por fim, para acionar potencialidades próprias para defender o seu viver (e sobreviver) futuro. Trata-se de compor “imaginários de adaptação” (Olazabal *et al.*, 2024), visões alternativas do futuro, importante principalmente aos que já não acreditam ou não conseguem pensar nele.

O inventariar recursos para a gestão de riscos, portanto, pode se aproximar do inventariar referências culturais, aos moldes do inventário participativo aqui exposto. Atuando sobre o presente-passado-futuro, reconhecendo experiências e saberes e legitimando seus valores, se pode ensejar a composição de um “plano comunitário de gestão de riscos” com sentidos locais, mais justos e mais eficazes.

Por outro lado, isso pode ser também uma forma de articular resistências e defesas de direitos da Vila, diante de ausências governamentais ou de possíveis imposições de planos universais e burocráticos. A julgar por sua trajetória histórica de abandonos e pelos interesses econômicos incidentes sobre o seu território, essa ausência deverá permanecer impondo à comunidade a sua auto-organização.

Assim, “planos comunitários de gestão de riscos”, ao atuarem em apoio e em defesa de direitos de comunidades vulneráveis, mais uma vez se aproximam de “inventários participativos de referências culturais”. Ambos operam em defesa da democratização da cultura, da natureza e da cidade.

Referências

- APA – American Planning Association. **Planning For Post-Disaster Recovery: Next Generation**. Disponível em: <https://www.planning.org/research/postdisaster/>. Acesso em 1 set. 2024.
- BEMVENUTI, Alice. Contribuições do caminhar, estar junto, compor a paisagem e entretecer para refletir sobre o patrimônio cultural e industrial ferroviário. In **Anais Congresso Patrimônio Cultural: Identidades e Imaginários**. São Paulo: Núcleo de pesquisa em estudos de linguagem em arquitetura e cidade, 2023, p. 61-74.
- CABALLERO, Indira Nahomi Viana. **O Trabalho no Papel: Uma Etnografia com Papeleiros**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- SANT’ANNA, Cristiano; CARBONEIRO, Jacson. **Do Lixo ao Luxo: uma poética de resgate e recriação de histórias das coisas**. 2020. Disponível em: https://issuu.com/pesquisaemarte/docs/rotas_rotas/s/11585626. Acesso em: 17 set. 2023.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CONOFRE, Fernanda. No 4º distrito de Porto Alegre, abandono e promessas se misturam. A quem serve a ‘revitalização’?. **Sul 21**. Porto Alegre, 14/ago. 2017. Disponível em: <https://especiais.sul21.com.br/gentrificacao/no-antigo-centro-industrial-de-porto-alegre-abandono-e-promessas-se-misturam-a-quem-serve-a-revitalizacao/>. Acesso em: 17/mar. 2022.
- COSTA, Ana Elísia da. Uma Vila e uma Exposição Participativa: Mediação de um discurso Estético-Ético-Político. In **Anais do EMPARQ 8**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2024.
- COSTA, Ana Elísia da *et al.* **Resistir e reexistir em meio às águas: sobre vídeos educativos na e após a enchente de Porto Alegre de 2024**. Revista da Extensão. Porto Alegre, RS. n. 29 (set. 2024), p. 63-85. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/281997>. Acesso em: 22/jul. 2025.
- DEMARCHI, João Lorandi; NITO, Mariana Kimie da Silva. Educação e patrimônio cultural: crítica em curso. **Revista CPC**. São Paulo, 2022, n. 17(34), p. 133-147. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v17i34p133-147>. Acesso em: 1/mar. 2024.
- FARACO, André Frota Contreras; VIZIOLI, Simone Helena Tanouse Vizioli @inventario.usp.sc – um inventário de referências culturais dos universitários da USP São Carlos. In **Anais Congresso Patrimônio Cultural: Identidades e Imaginários**. São Paulo, 2023, p. 87-100. Disponível em: https://www.academia.edu/104699072/Anais_Congresso_Patrim%C3%B4nio_Cultural_Identidade_e_Imagin%C3%A1rio_2023?uc-sb-sw=68863198. Acesso em: 1/jul. 2023.
- FONSECA, Maria Cecília Londres Fonseca. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. **Revista Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**. 2001, v. 2, p. 111-119. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf. Acesso em: 1/jul. 2023.

FUÃO, Fernando Freitas. Cidades Temporárias. Porto Alegre, **Sul 21**. Porto Alegre, 19 de maio 2024. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniao/2024/05/cidades-temporarias-por-fernando-freitas-fuao/>. Acesso em: 6/set. 2024.

FUÃO, Fernando Freitas; MELLO, Bruno César Euphrásio de; BERNADELLI, Camila; FIGUEIREDO, Antônio Pedro. Galpões de triagem: uma abordagem espacial arquitetônica. **Revista V!RUS**, São Carlos, 2010, n. 4, dez. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/virus/article/view/228796>. Acesso em: 6/set. 2024.

GOMES, Cilene; ZANETTI, Valéria Regina; BAZANELLA, André. Proposta teórico-metodológica de inventário cultural participativo no Vale do Paraíba e Litoral Norte. **Revista Confluências Culturais**, São Paulo, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21726/rcc.v10i1.805>. Acesso em: 20/set. 2024.

GUARNIERI, Paulo. AREVIPA – uma história de lutas. **Jornal do Centro**. Porto Alegre: 27 dez. 2019. Disponível em: <https://www.jornaldocentropoa.com.br/noticia/355/arevipa-n-uma-historia-de-lutas>. Acesso em: 20/abr. 2020.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial: Inventários Participativos**. Manual de Aplicação. Brasília: Iphan, 2016.

KAAP, Silk. Assessoria técnica e suas questões. In KAAP, Silk; BALTAZAR, Ana (Orgs). **Moradias e Outras Margens**. V. 1. Belo Horizonte: MOM Edições, 2014, p. 493-497. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01_biblioteca/arquivos/Kapp_Baltazar_2021_moradia_outras_margens_v1_web.pdf. Acesso em: 6/set. 2024.

LIMA LOUSADA, Vinícius. O Cotidiano de um Galpão de Reciclagem: notas de pesquisa. **Educação e Realidade**. V. 34(3), n. 3, set/dez 2009, p. 117-132. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227055009.pdf>. Acesso em: 6/set. 2024.

MOHINUDDIN, Senhor. Community-based Disaster Management. (CBDM). **SWEducareBD**, 14 jan. 2020. Disponível em: https://www.sweducarebd.com/2020/01/community-based-disaster-management-cbdm.html#google_vignette. Acesso em: 15/set. 2024.

MONTEIRO, Deyvid Aléx de Bitencourt; MIRON, Luciana Inês Gomes; SILVA, Michelle Nascimento; KLEIN, Tana Renk Klein; CAMPOS, Heleniza Ávila; REYES, Paulo Edison Belo. Avaliação das territorialidades em empreendimentos habitacionais de interesse social: estudo de caso no Programa Integrado Entrada da Cidade (PIEC). **Arquiteturarevista**. São Leopoldo, Unisinos, 2016, v. 12, n. 2, p. 175-193. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/226132/001018595.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6/set. 2024.

NITO, Maria Kimie; SCIFONI, Simone. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do inventário participativo de Referências Culturais do Minhocão. **Revista CPF**. São Paulo: 2017, v. 5, p. 38-49. Disponível em: https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/revista/Revista_CPFn05.pdf. Acesso em: 6/set. 2024.

NITO, Maria Kimie; SCIFONI, Simone. Urban activism and cultural heritage. **USJT. Arq. Urb.** São Paulo, 2018, v. 23. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb>. Acesso em: 20 set. 2024.

OLAZABAL, Marta; AMORIM-MAIA, Ana; ALDA-VIDAL, Cecilia; GOODWIN, Sean. What is limiting how we imagine climate change adaptation?. **Current Opinion on Environmental Sustainability**, v. 7, dez. 2024. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877343524000630#tbl0005>. Acesso em: 10/out. 2024.

SANTOS, Emílio. **Dinâmica sócio-espacial no loteamento Santa Terezinha em Porto Alegre/RS**: entre a aparente permanência e a tênue mudança. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

OTSS – Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina. Disponível em: <https://www.otss.org.br/post/nos-por-nos-mesmos-publicacoes-revelam-mapas-ineditos>. Acesso em: 1/out. 24.

PINHEIRO, Leandro. (2020). **Rodas de conversa e pesquisa**: reflexões de uma abordagem etnográfica. **Pro-posições**. Porto Alegre, 2020, v. 31. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0041> Acesso em: 7/mar. 2022.

SCARIOT, Nadia; FRANTZ, Walter (2021). A constituição de saberes e sujeitos coletivos em atividades de catação de materiais recicláveis. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 20 – 2, p. 160-181, maio-agosto de 2021 <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/58030>. Acesso em: 23/ago. 2024.

SCIFONI, Simone. Patrimônio e Educação no Brasil: O que há de novo? **Revista Educação e Sociedade**. São Paulo, 2022, v. 43. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zK7BLX6XmXMX5QnZFhLbRBS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19/out. 2024.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.

VINUTO, Juliana. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, 2014, v. 22 (44), p. 203-220. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250>. Acesso em: 24/out 2024.

WIRTH, Ioli Gewehr; OLIVEIRA, Cristiano Benites. A Política Nacional de Resíduos Sólidos e os Modelos de Gestão. In PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira

(Orgs). **Catadores de Materiais Recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p. 217-246.

Recebido em 11/9/2024 | Aceito em 7/7/2025



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional